



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
Subsecretaria de Contratos - ASCON
Praça Municipal - Eixo Monumental - Brasília - DF

TERMO ADITIVO

1º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 023/2021

**PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGEA
MPDFT Nº 08191.065045/2018-79
PROCESSO SEI MPDFT Nº 19.04.5431.0048734/2023-
55**

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO
CONVÊNIO FIRMADO ENTRE A UNIÃO,
POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E
TERRITÓRIOS, E A CAIXA ECONÔMICA
FEDERAL, PARA CONCESSÃO DE
EMPRÉSTIMOS PARA MEMBROS,**

**SERVIDORES, APOSENTADOS E
PENSIONISTAS DO MPDFT, MEDIANTE
A CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE
PAGAMENTO.**

A UNIÃO, de um lado, por intermédio do **MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS**, inscrito no CNPJ sob o nº 26.989.715/0002-93, sediado no Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, em Brasília/DF, doravante designado **MPDFT** ou **CONVENIENTE**, neste ato representado por sua Secretária-Geral, **CLAUDIA BRAGA TOMELIN**, nos termos da Portaria/PGJ nº 94, de 30 de janeiro de 2023, e do outro lado a **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**, instituição financeira vinculada ao Distrito Federal, inscrita no CNPJ sob o nº 00.360.305/0001-04, com sede no SBS, Quadra 4, Bloco A, Lotes 3/4, PRESI/GECOL 21º Andar, na cidade de Brasília/DF, doravante denominado **BANCO**, neste ato representado por seu Superintendente Executivo de Governo, **CELSO ELOI DE SOUZA CAVALHERO**, e-mail: seg6876df@caixa.gov.br, celebram o presente termo aditivo, nos termos da Portaria PGR/MPU nº 39, de 24 de junho de 2014, e disposições constantes do art. 116, caput, da Lei nº 8.666, de 21 de junho 1993, e conforme as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente termo aditivo:

- 1) a prorrogação da vigência do convênio por mais 24 (vinte e quatro) meses, de 16/8/2023 a 15/8/2025, nos termos da Cláusula Quarta do termo de convênio e com amparo no artigo 57, inc. II, da Lei nº 8.666/1993;
- 2) a alteração do prazo máximo de financiamento, de 120 (cento e vinte) para 144 (cento e quarenta e quatro) meses; e

3) a inclusão de Cláusula referente à Proteção de Dados Pessoais, em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD).

Parágrafo Primeiro – Em razão da alteração informada no item 2 acima, a Cláusula Segunda – Do Prazo de Financiamento do termo originário passa a vigorar com a seguinte redação:

“CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE FINANCIAMENTO

A celebração dos empréstimos mediante consignação em folha, doravante firmados entre o BANCO e os PROPONENTES, não poderá ser superior a 144 (cento e quarenta e quatro) meses.”

Parágrafo Segundo – Em decorrência da alteração informada no item 3 acima, inclui-se a Cláusula Décima Terceira – Da Proteção de Dados Pessoais, nos seguintes termos:

“CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

O CONVENIENTE e o BANCO se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais; bem como executar os serviços em estreita observância dos ditames estabelecidos pela Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD).

Parágrafo Primeiro - O eventual acesso, pelo BANCO, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio implicará

para o BANCO e para seus prepostos dever de sigilo.

Parágrafo Segundo - O BANCO cooperará com o CONVENENTE no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e nas Leis de Proteção de Dados em vigor e no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, ANPD e Órgão de controle administrativo em geral;

Parágrafo Terceiro - Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido neste Termo e de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.”

Parágrafo Terceiro - Em razão da inclusão da cláusula informada no parágrafo precedente, renumeram-se as demais cláusulas do termo originário que a sucedem.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

Ratificam-se as demais cláusulas e condições estabelecidas no Termo de Convênio originário que não tenham sido alteradas por este termo aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

O MPDFT encaminhará, até o quinto dia útil do mês seguinte ao da assinatura, extrato deste termo para publicação no Diário Oficial da União, consoante disposição contida no parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/1993.

E por estarem assim, justos e acordados, firmam eletronicamente este Termo, comprometendo-se a cumprir e a fazer cumprir, por si, em juízo ou fora dele, tão fielmente como nele se contêm.



Documento assinado eletronicamente por **CELSO ELOI DE S CAVALHERO, Usuário Externo**, em 15/08/2023, às 15:55, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIA BRAGA TOMELIN, Secretária(o)-Geral**, em 15/08/2023, às 15:55, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0479475** e o código CRC **E9945340**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SECRETARIA-GERAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 1º Termo Aditivo ao Convênio nº CONV 023/2021. Processo SEI nº 19.04.5431.0048734/2023-55. CONVENIENTES: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), CNPJ: 26.989.715/0002-93; e Caixa Econômica Federal (BANCO), CNPJ: 00.360.305/0001-04. Objeto: 1) a prorrogação da vigência do convênio por mais 24 meses, de 16/8/2023 a 15/8/2025, nos termos da Cláusula Quarta do termo de convênio e com amparo no artigo 57, inc. II, da Lei nº 8.666/1993; 2) a alteração do prazo máximo de financiamento, de 120 (cento e vinte) para 144 (cento e quarenta e quatro) meses; e 3) a inclusão de Cláusula referente à Proteção de Dados Pessoais, em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD). Vigência: 16/8/2023 a 15/8/2025. Signatários: MPDFT: CLAUDIA BRAGA TOMELIN, Secretária-Geral; BANCO: CELSO ELOI DE SOUZA CAVALHERO, Superintendente. Data de assinatura: MPDFT e BANCO: 15/8/2023.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DA BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8/2023 - UASG 200031

Nº Processo: 1.14.654/2023-97. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de apoio ao Plan-Assiste, com fornecimento de mão de obra residente, incluindo os postos de Auditor Técnico Médico-Hospitalar, Atendente de Saúde e Analista de Contas Médicas.. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 16/08/2023 das 09h00 às 16h00. Endereço: Rua Ivonne Silveira, 243, Loteamento Centro Executivo, Doron, - Salvador/BA ou <https://www.gov.br/compras/edital/200031-5-00008-2023>. Entrega das Propostas: a partir de 16/08/2023 às 09h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 28/08/2023 às 09h30 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: O critério de julgamento é o menor valor mensal do serviço..

LUIZ ANTONIO BARRETO NASCIMENTO
Pregoeiro

(SIASGnet - 15/08/2023) 200100-00001-2023NE000001

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE GOIÁS
EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato nº 08/2023. Contratante: UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE GOIÁS - PR/GO, CNPJ nº 26.989.715/0014-27. Contratada: CANTÃO VIGILÂNCIA & SEGURANÇA LTDA, inscrita no CNPJ sob o n. 14.966.650/0002-81. Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada em serviços terceirizados, de natureza contínua, de vigilância armada para a sede da Procuradoria da República no município de Anápolis/GO. Pregão Eletrônico 5/2022. Valor Global Anual do contrato: R\$ 315.001,44; Valor dos serviços regulares mensal: R\$ 26.250,12. Prazo: 12 meses a contar do início da prestação dos serviços, em 01.09.2023. Nota de Empenho nº 28/2023NE000103, em 28/07/2023. Assinam, pela Contratante, Gina Lobrígida Mendes, Secretária Estadual da PR/GO; e, pela Contratada, Reinaldo Naves. Aprovação pela Procuradora-Chefe da PR/GO, Lea Batista de Oliveira Moreira Lima. Processo nº 1.18.000.000577/2023-26. Data da assinatura: 15/08/2023.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
EXTRATO DE CONVÊNIO

Convenientes: O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF, por intermédio da PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 6ª REGIÃO, inscrita no CNPJ sob o n.º 26.989.715/0070-34, com sede na Avenida Brasil, nº 1877/1879, Bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG e o CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BELO HORIZONTE - UNI-BH, neste ato denominado UNI-BH, inscrito no CNPJ sob o nº 08.446.503/0001-05, sediado na Avenida Prof.º Mário Werneck, nº 1685, Estoril, CEP: 30455-610, Belo Horizonte/MG. Objeto: Proporcionar aos alunos regularmente matriculados a oportunidade de serem incluídos no Programa de Estágio do Ministério Público da União, preparando-os para a empregabilidade, para a vida cidadã e para o trabalho, por meio do exercício de atividades correlatas à sua pretendida formação profissional, em complementação ao conhecimento teórico adquirido na instituição de ensino. Vigência: 03 (três) anos. Data e assinatura: 14/08/2023. (Dr. PATRICK SALGADO MARTINS, Procurador-Chefe da Procuradoria Regional da República - 6ª Região, e as Procuradoras do CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BELO HORIZONTE - UNI-BH, Sra. LORENA FERNANDES DOS SANTOS ANDRADE e a Sra. JÉSSICA GOMES DA SILVA).

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DA PARAÍBA
EXTRATO DE CONTRATO MPF/PB Nº 6/2023

ESPÉCIE: Contrato MPF/PB nº 06/2023. PROCESSO nº 1.24.000.001077/2023-12. CONTRATANTE: UNIÃO FEDERAL, por intermédio do Ministério Público Federal - Procuradoria da República no Estado da Paraíba. CONTRATADA: MFV CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ 38.139.751/0001-66. MODALIDADE: Pregão eletrônico nº 05/2023. OBJETO: contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de instalação de telhado para grupo gerador e extensão de escapamento no grupo gerador instalado na unidade do MPF em João Pessoa-PB, de modo a atender às necessidades do Ministério Público Federal. FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/93, Decreto nº 2.271/1997, do Decreto nº 3.555/2000, da Lei 10.520/02, do Decreto nº 10.024/2019, da Lei Complementar 123/2006, do Decreto nº 8.538/2015, da Instrução Normativa nº 05/2017 e 01/2018, da Secretaria de Gestão, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - SEGES/MP, atualizada, e pela Portaria MPDG nº 443/2018 e Decretos nº 7.983/2013 e nº 10.024/2019, pela legislação vigente e pertinente à matéria. DATA DA ASSINATURA: 14.08.2023. VIGÊNCIA: 6 (seis) meses - a partir da data da assinatura, computando-se todos os prazos de emissão de ART's, licenças, execução, recebimento definitivo e o prazo para pagamento do último valor devido do contratado. ASSINAM: Matias Leal da Fonseca Neto - Secretário Estadual Substituto da PR/PB, pela CONTRATANTE, Matheus Elias Fernandes Vieira - Sócio Diretor, pela CONTRATADA.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
EXTRATO DE CONVÊNIO

Convenientes: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL - PRRS e a FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA. Objeto: Proporcionar a preparação do estagiário para a empregabilidade, para a vida cidadã e para o trabalho, por meio do exercício de atividades correlatas à sua pretendida formação profissional, em complementação ao conhecimento teórico adquirido na instituição de ensino. Vigência: 3 anos. Data e assinatura: 10/08/2023. FELIPE DA SILVA MULLER, Procurador-Chefe da PRRS e CLAUDETE DA SILVA LIMA MARTINS, Pró-Reitora de Graduação da UNIPAMPA.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 42/2020
ESPÉCIE: 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 42/2020; PROCESSO PR-SP/DICGC: 1.34.001.005942/2020-92; CONTRATANTE: PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO; CNPJ: 26.989.715/0031-28; CONTRATADA: 1 NOVA SÃO JOSÉ RESÍDUOS EIRELI; CNPJ: 22.770.554/0001-00; DO OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da Cláusula Oitava - Da Vigência e a manutenção da Cláusula Décima Segunda - Do Reajuste, ambas do Contrato Originário; DA ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA: Fica prorrogada a vigência do Contrato originário por 01 (um) ano, ou seja, de 01 de setembro de 2023 a 31 de agosto de 2024; DA MANUTENÇÃO DA CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO REAJUSTE: O valor mensal da prestação de serviços será mantido em R\$ 2.404,80 (dois mil, quatrocentos e quatro reais e oitenta centavos) e o anual em R\$ 28.857,60 (vinte e oito mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e sessenta centavos), a partir de 01 de setembro de 2023, tendo em vista que o índice contratual - IGP/DI (FGV) - encontra-se negativo; SIGNATÁRIOS: MPF-PR/SP: ELISA BRITO SILVA, Secretária Estadual CONTRATADA: MICHELLY FARIAS ROCHA; DATA DA ASSINATURA: 15/08/2023.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8/2023

Processo nº 20.02.0300.0001115/2023-39. Objeto: Contratação de prestação de serviço de manutenção corretiva de fachada tipo PELE DE VIDRO e janelas, com remoção, substituição e reinstalação de painéis de vidro, guarnições, borrachas, juntas, fixadores, fechos de punho, fechaduras, braços pivotantes, silicone estruturais e demais itens solicitados conforme planilha orçamentária (ANEXO II), projetos executivos (ANEXO III), e laudo de vistoria (ANEXO IV), que deverão ser executados na estrutura do edifício-sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Minas Gerais (PRT03), incluindo fornecimento de mão de obra e materiais, equipamentos e insumos conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos. Edital em 16/08/2023 nos sites www.comprasgovernamentais.gov.br e <http://portal.mpt.mp.br/MPTransparencia/pages/portal/informacoesDetalhadasLicitacao.xhtml>

Belo Horizonte/MG, 14 de agosto de 2023.
GONÇALO RIBEIRO DE OLIVEIRA JUNIOR
Pregoeiro

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
EXTRATO DE CONVÊNIO

Processo nº 20.92.0400.0001308/2023-21; Espécie: Vigência do Convênio firmado entre as partes para realização de estágio acadêmico; PARTES: Ministério Público do Trabalho/Procuradoria Regional do Trabalho da 4ª Região e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENACRS; VIGÊNCIA: até 16/11/2026; DATA DA ASSINATURA: 16/11/2023; ASSINAM: Alexandre Marin Ragagnin/Procurador do Trabalho e João Artur Lucena Adans/Gerente do Núcleo Administrativo.

EXTRATO DE RESCISÃO

Espécie: Termo de Rescisão nº 06/2023 - Contrato rescindido: nº 09/2017; Locatária: União Federal, por intermédio do Ministério Público do Trabalho/Procuradoria Regional do Trabalho da 4ª Região; Locadora: Damaro - Construções e Locação de Imóveis Ltda., CNPJ nº 15.233.922/0001-16; Objeto: Rescisão do Contrato nº 09/2017, a partir das 24h do dia 14/08/2023, face da aquisição, pela locatária, do imóvel que era objeto de locação e que sedia a PTM de Passo Fundo, localizado na Rua Antônio Araújo nº 1.115, Centro, Passo Fundo/RS, com fundamento no inciso II, do art. 79, da Lei nº 8.666/93; A Locatária pagará à Locadora, o valor correspondente à locação somente até o dia 14/08/2023, nada mais tendo as partes a reclamar ou a receber em virtude das obrigações oriundas daquele contrato; Local e data da assinatura: Porto Alegre, 14 de agosto de 2023; Pela Locatária: Rafael Foresti Pego, Procurador-Chefe; Pela Locadora: Marco Antônio Scortegagna, Representante legal; Processo nº 20.02.0400.0000961/2023-78.

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10/2021
PGEA: 20.02.2400.0000377/2021-14. CONTRATANTE: Procuradoria Regional do Trabalho da 24ª Região/MS. CONTRATADA: Gente Seguradora S.A. OBJETO: Alteração das alínea 'p' da Cláusula Quinta e Cláusula Décima. Alínea 'p': Inclusão da expressão 'no momento do ingresso no órgão'. Vigência: Prorrogação do Contrato para o período de 28 de setembro de 2023 à 28 de setembro de 2024. Valor Anual Estimado: R\$ 887,40 (oitocentos e oitenta e sete reais e quarenta centavos). ASSINAM: Dra. Cândia Gabriela Arosio - pela Contratante; e Sr. Marcelo Wais - pela Contratada.

Tribunal de Contas da União

EXTRATO DE CONTRATO

a) Processo: 015.961/2022-2; b) Espécie: CT nº 32/2023, firmado em 07/08/2023, entre o TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO e a empresa SECURITY DATA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA, CNPJ nº 35.343.018/0001-70; c) Objeto: contratação de solução de Application Performance Monitoring/Management (APM), em regime de empreitada por preço unitário; d) Fundamento Legal: Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/1993, Pregão Eletrônico 13/2023; e) Vigência: 24 meses, contados de 21/08/2023 a 20/08/2025; f) Valor: R\$ 2.181.590,00; g) NE nº 2023NE332, de 01/08/2023; h) Signatários: pelo Contratante, MARCIO ANDRÉ SANTOS DE ALBUQUERQUE, e, pelo Contratado, DANIEL EDUARDO SOUZA BATISTA.

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO

a) Espécie: Acordo de Cooperação Técnica que entre si celebram o Tribunal de Contas da União e o Tribunal de Contas do Estado do Amazonas com o objetivo de estabelecer cooperação na área de fiscalização; b) Processo: TC 028.935/2013-6; c) Objeto: Estabelecer cooperação técnica entre o TCU e o TCE-AM para fiscalizar a aplicação de recursos públicos federais nos órgãos e entidades estaduais e municipais do Estado do Amazonas, na forma do art. 71, inciso VI, c/c o art. 75 da Constituição Federal, mediante a implementação de ações conjuntas ou de apoio mútuo e de atividades complementares de interesses comuns; d) Fundamento Legal: Aplicam-se à execução deste Acordo, no que couber, as disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e do Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, com redações posteriores; e) Vigência: 60 (sessenta) meses, a contar de sua publicação no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo; f) Data de assinatura: 14/08/2023; g) Signatários: Pelo TCU, Glenda Grando de Meira Menezes, Secretária da Representação do TCU no Estado do Amazonas, e pelo TCE-AM, Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, Presidente.

